



INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

THE INTEGRATION OF SCHOLARSHIP STUDENTS INTO THE LABOUR MARKET: WHAT IS THE WORTH OF A COLLEGE DEGREE?

Recebido em 06.06.2013. Aprovado em 31.10.2013

Avaliado pelo sistema *double blind review*

DOI: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v7i4.292>

Ana Heloísa da Costa Lemos

aheloisa@iag.puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

Diana Rebello Neves

dianarebello@hotmail.com

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ

Patricia dos Reis Farias Rodrigues

pat_reis@hotmail.com

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O estudo objetivou investigar se a conclusão do curso universitário garantiu a empregabilidade de indivíduos oriundos de estratos sociais menos favorecidos. Essa indagação foi motivada tanto pelas conclusões da pesquisa de Bourdieu (2007), que identificou que o aumento do número de diplomas tende a desvalorizá-los, não garantindo a ascensão social de seus possuidores, quanto pelas premissas de Schultz (1973a) que postulam que os anos de estudo de um indivíduo ampliarão suas possibilidades de escolha profissional. Para confrontar essas duas visões realizou-se uma pesquisa qualitativa junto a egressos do curso de graduação em administração de uma IES privada que possuíam bolsas de estudos integrais. A análise dos resultados sugere que, apesar das comprovadas desvantagens oriundas da origem social menos favorecida, o acesso à formação superior em uma universidade de renome configurou-se como um importante recurso de aumento do capital cultural e social de seus possuidores.

Palavras-chave: Empregabilidade. Formação Superior. Alunos Bolsistas.

Abstract

The present study aims to investigate how the college degree improves the employability of lower income students. This inquiry was motivated, in one hand, in the findings of the research conducted in France, by Bourdieu (2007), who found that increasing the number of degrees tend to devalue them, not ensuring social mobility for their possessors. In another hand, the inquiry was also based in the findings of Schultz (1973a), which postulates that the years of study represents an individual investment which will improve the employability of their owners, in the future. To analyze the confrontation between these two views, a qualitative research was conducted with undergraduated students of a private institution that had full scholarship. The analysis suggests that, despite the proven disadvantages arising from the lowest social origin, access to higher education in a renowned university is configured as an important feature of increased cultural and social capital of their owners.

**Ana Heloísa da Costa Lemos, Diana Rebello Neves
e Patricia dos Reis Farias Rodrigues**

Keywords: Employability. College Degree. Scholarship Students.

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

Introdução

Ingressar em uma universidade tem sido o desejo de muitos brasileiros, a julgar pelo crescimento no número de matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) nos últimos dez anos. Segundo dados do INEP (2010), houve um crescimento de 110,1% do número de matrículas nos cursos de graduação de 2001 a 2010. Em 2012, o total de matriculados ultrapassou a marca de sete milhões de estudantes. Enquanto o número de matrículas nas instituições públicas cresceu 7%, o aumento na rede particular foi de 3,5%. Os 7.037.688 de estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 31.866 cursos, oferecidos por 304 instituições públicas e 2.112 particulares. O total de estudantes que ingressou na educação superior em 2012 chegou a 2.747.089 e o número de concluintes foi de 1.050.413 (INEP, 2013).

Alguns fatores colaboraram para esta realidade, como o aumento e a criação de novos *campi* de instituições públicas, o aumento do número das IES privadas e os incentivos concedidos pelo Governo, como financiamentos e bolsas. No que tange a estes últimos itens, cabe destacar programas como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o ProUni (Programa Universidade para Todos) que ampliaram o acesso ao ensino superior. No caso do ProUni, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para indivíduos oriundos de estratos sociais menos favorecidos, seu impacto social não pode ser ignorado. Criado pelo Governo Federal em 2004, o ProUni já atendeu, desde a sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2013, mais de 1,2 milhão de estudantes, sendo 68% com bolsas integrais (ProUni, 2013). O Programa Universidade para Todos, somado ao FIES, ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliaram significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à universidade.

Apesar do crescimento do número de matriculados no ensino superior e dos programas que visam incluir nas universidades integrantes de estratos sociais menos favorecidos - com destaque para o ProUni, cujos beneficiários são obrigatoriamente indivíduos em condições econômicas desfavoráveis, pois, para ter direito à bolsa, o estudante deve ser egresso do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsista integral e ter renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos - o diploma universitário ainda é um privilégio dos integrantes de estratos sociais mais favorecidos. Dados recentes do IBGE (Censo, 2010), destacam que apenas 1,6% dos moradores de favelas e ocupações irregulares haviam completado o terceiro grau, em 2010. Esse percentual contrasta com os 14,7% de concluintes do ensino superior que viviam fora de favelas. A maior discrepância é observada na região Sul, onde 1,7% dos que moravam em favelas tinham curso superior completo, enquanto 20% dos que residiam em outras áreas obtiveram essa formação (IBGE, Censo 2010).

Cabe ressaltar, todavia, que à desvantagem que os indivíduos menos favorecidos em termos sócio-econômicos enfrentam em ter acesso ao ensino universitário, pode-se acrescentar a possível desvantagem que esses indivíduos, mesmo titulados, encontram para obter emprego, posto que a conquista do diploma universitário nem sempre é garantia de inserção qualificada

no mercado de trabalho. Essa consideração fundamenta-se nas pesquisas feitas por Bourdieu (2007) durante as décadas de sessenta e setenta do século passado na França. O autor identificou que o aumento do número de diplomas pode produzir sua desvalorização no mercado de trabalho, além de não garantir uma ascensão social para os indivíduos que os possuem, pois a inserção no mercado de trabalho em uma posição qualificada depende de um conjunto de fatores socioeconômicos. No seu entender, os indivíduos oriundos de famílias com maior patrimônio teriam maiores possibilidades de valorizar o diploma obtido e de conseguir os melhores empregos e salários, o que não seria observado para os indivíduos com menor patrimônio.

Ao questionamento sobre o valor do diploma universitário e seu peso na inserção privilegiada no mercado de trabalho podem-se contrapor as premissas da Teoria do Capital Humano (1973a; 1973b). Elaborada por Schultz (1973a), esta teoria postula que os anos de estudo do indivíduo equivalem a um investimento que produzirá resultados positivos no futuro, quando o indivíduo estiver no mercado de trabalho. Esses anos poderão ampliar suas possibilidades de escolha, proporcionando um melhor salário e bem-estar, além de aumentar a produtividade nas empresas e de contribuir para o crescimento do país. Estudos feitos no Brasil como os de Balassiano, Seabra e Lemos (2005); Tavares e Menezes-Filho (2008), bem como o de Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti (2006), reforçam a percepção de que a educação formal, principalmente a de nível superior, aumenta os rendimentos de seus possuidores.

O confronto entre as visões de Bourdieu e Schultz, todavia, não é uma novidade na produção acadêmica nacional recente. Este contraponto motivou a elaboração de trabalhos como os de Lemos, Dubeux e Pinto (2009; 2011), Lemos, Dubeux e Rocha-Pinto (2010), que buscaram entender, em que medida, no Brasil contemporâneo, a obtenção do diploma superior vem impactando positivamente na inserção no mercado de trabalho de seus possuidores, a despeito de sua origem social. Os resultados desses estudos sugerem que a educação tem logrado ampliar a empregabilidade de seus detentores, mesmo aqueles oriundos de estratos sociais menos favorecidos, corroborando as premissas da Teoria do Capital Humano. Todavia, por se basearem em *surveys*, os trabalhos não foram capazes de oferecer explicações sobre como esses indivíduos percebem suas condições de inserção no mercado de trabalho, bem como acerca de quais fatores - relações pessoais, conhecimento de outras culturas e idiomas - podem ter facilitado ou dificultado a conquista das posições ocupadas, de acordo com a percepção dos entrevistados. Tampouco explicitam a natureza das ocupações obtidas pelos respondentes, bem como a forma como foram obtidas.

A constatação dessas lacunas motivou a realização da presente investigação, de natureza qualitativa, que procurou ampliar o entendimento acerca das condições de inserção no mercado de trabalho de alunos bolsistas - filhos das classes trabalhadoras, nos termos de Bordieu (2007) - em uma importante universidade privada carioca, buscando perscrutar, em que medida, a formação obtida foi decisiva para a obtenção do emprego, bem como entender como esses indivíduos identificam e avaliam os fatores que impactaram na sua empregabilidade (HELAL, ROCHA, 2011). Em última instância buscou-se investigar de que forma a passagem por uma universidade garantiu a empregabilidade de seus detentores, oriundos de estratos sociais menos favorecidos. Para tentar responder a essas indagações, o presente trabalho foi organizado em cinco tópicos, incluindo esta introdução. O item seguinte sintetiza as referências teóricas utilizadas na análise, o terceiro tópico apresenta a metodologia e os dois últimos, a análise dos resultados e as conclusões, respectivamente.

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

A Reprodução das Desigualdades Sociais

Em “A Distinção” Bourdieu (1988) discute a estratificação social da sociedade contemporânea e aborda os mecanismos sociais que reproduzem essa estratificação. Ao destacar que as chances daqueles nascidos no seio das elites socioculturais da sociedade se manterem nessa condição em sua vida adulta são tão grandes quanto as chances dos filhos dos menos favorecidos reproduzirem as condições de vida de seus pais, no futuro, Bourdieu ressalta a dimensão estrutural da inserção social, que relega a segundo plano a possibilidade dos esforços individuais, expressos em grande medida pela ampliação do capital cultural, romperem as fronteiras de classes.

As considerações de Bourdieu (2007) são fundamentadas em pesquisas, realizadas na França nas décadas de sessenta e setenta do século passado, que indicam que o diploma universitário não seria suficiente para garantir a inserção qualificada no mercado de trabalho. Segundo o autor, para a conquista de uma boa posição profissional faz-se necessária a detenção de um capital que sustente e valorize esta titulação. O autor apresenta três diferentes tipos de capital que influenciariam a inserção no mercado de trabalho: o capital econômico, o capital cultural e o capital social. Para Bourdieu (2007), a estratificação social estaria associada ao volume de capital que o indivíduo possui: o capital econômico estaria relacionado ao poder financeiro e aos bens possuídos; o capital cultural ao conhecimento erudito, do qual o diploma universitário faz parte, mas ao qual o conhecimento artístico e o conhecimento de outras culturas e idiomas também se agregam; e o capital social que estaria “associado à antiguidade na classe por intermédio da notoriedade do nome, assim como da extensão e da qualidade da rede de relações” (BOURDIEU, 2007, p.115).

Esses capitais seriam bens herdados, fazendo parte do patrimônio das famílias; logo, as classes que detêm maior quantidade global de capital têm seus filhos mais favorecidos na obtenção das melhores posições no mercado de trabalho e as classes que detêm menor quantidade global de capital têm seus filhos desfavorecidos, independente da instituição de origem do diploma conquistado (BOURDIEU, 2007). Segundo Bourdieu (1988), para se entender o deslocamento social de determinado indivíduo é necessário mapear sua origem social.

Como resultado de suas pesquisas, Bourdieu (2007) defende a premissa de que os indivíduos tenderiam a reproduzir o capital herdado de seus pais e até mesmo a escolha da profissão, associada a uma suposta “vocação”, seria reflexo da origem familiar. Para o autor, ao invés de mobilidade social, o que se constata é uma translação, acompanhada por uma mudança de condição. Sendo assim, o espaço social permitiria duas formas de deslocamento, o vertical e o transversal. No deslocamento vertical, que pode ser ascendente ou descendente, ocorreria uma mudança no volume do capital, como o aumento do capital cultural, por exemplo. Já o deslocamento transversal pressupõe a reconversão de uma espécie de capital para outra, no plano horizontal, sem implicações na quantidade do capital.

Reforçando a tese de que os filhos tendem a reproduzir a profissão dos pais, Bourdieu afirma, a partir de pesquisa sobre a mobilidade social, que:

41,7% dos filhos de membros de profissões liberais, 38,9% dos filhos de professores que são engenheiros, quadros superiores ou médios da

administração, técnicos em empresas, ocupam funções administrativas e de direção geral contra 25,7% do total. Ao contrário, 47,9% dos filhos de operários com qualificação, 43,8% dos filhos de contramestres, 41,1% dos filhos de técnicos, exercem funções de produção, fabricação e manutenção, contra 29,7% do total (BOURDIEU, 2007, p.127).

O autor destaca que os filhos das elites econômicas e culturais direcionam-se, em sua maioria, para carreiras universitárias e para o gerenciamento dos negócios da família, enquanto os filhos de trabalhadores pouco qualificados direcionam suas aspirações profissionais para carreiras que requerem menor qualificação, condicionando trajetórias individuais a trajetórias de classe, respeitadas algumas exceções.

Bourdieu (2007) também sinalizava a tendência ao aumento do número de indivíduos que entravam na concorrência pelo diploma. Segundo o autor, o aumento do número de titulares de diplomas causaria a inflação e, conseqüentemente, a desvalorização dos mesmos: “pode-se considerar que um diploma tem todas as possibilidades de ter sofrido uma desvalorização sempre que o crescimento do número de titulares de diplomas é mais rápido do que o número de posições” (BOURDIEU, 2007, p.125). Ainda segundo o autor, os mais prejudicados por esta desvalorização são os que possuem menor capital herdado, ou seja, aqueles que não possuem um capital global capaz de valorizar o diploma obtido.

Tendo como referência as considerações de Bourdieu (2007) pode-se postular que o diploma, sozinho, não seria suficiente para garantir a obtenção de postos de trabalho qualificados; o acesso aos mesmos seria consequência da combinação deste recurso com outros capitais, notadamente o econômico e o social.

A Teoria do Capital Humano

Em oposição às considerações de Bourdieu (2007), Schultz (1973a;1973b) considera a formação universitária como um investimento de elevado valor no mercado de trabalho, pois ele daria mais liberdade na hora de escolher um emprego e aumentaria a produtividade de seu detentor. A proposição fundamental do autor é a de que, por intermédio do investimento em educação, as pessoas valorizam suas capacidades e estas exercem influência sobre os padrões de acumulação de poupanças e formação de capitais, além de alterarem as estruturas de pagamentos e salários. De forma simplificada, a educação é vista como um investimento que eleva a produtividade e os lucros dos trabalhadores, além de impulsionar o desenvolvimento econômico.

Criticada por abordagens de orientação marxista (GENTILI, 1999; 2001; FRIGOTTO, 2001a; 2001b), essa teoria veio a perder parte de seu apelo nas décadas de setenta e oitenta sem, contudo, perder vigência. Todavia, desde finais da década de oitenta, os efeitos da reestruturação produtiva no contingente de empregos disponíveis deu fôlego novo à referida teoria. Após período de relativo ostracismo, a teoria do capital humano voltou a ocupar lugar central nas discussões sobre desemprego, qualidade dos postos de trabalho e crescimento econômico. Essa retomada acrescentou novos termos ao debate sobre o impacto da educação na vida dos indivíduos e das nações, mantendo, entretanto, o cerne do argumento de que o capital humano é o principal propulsor do desenvolvimento econômico.

A percepção de que a educação é um investimento e que a capacidade produtiva do trabalho é, em grande medida, um meio de produção produzido, reforça a preocupação com a qualificação do trabalhador, entendida esta como potencializadora do crescimento econômico e das chances individuais de acesso a postos de trabalho melhores. O capital educacional acumulado pelo trabalhador asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida.

Segundo Schultz (1973b), devido ao fato de os benefícios dos anos de estudos aparecerem apenas no futuro, principalmente no valor da renda que o estudante irá receber, e, como durante os anos de estudo o estudante tem diversos custos, isso faz com que a instrução assuma características de um investimento, podendo ser mensurada. Além dos gastos escolares, o autor aborda também os gastos pessoais do indivíduo que ocorrem durante a vida, como saúde, migração em busca de melhores empregos, além do tempo livre para fazer treinamentos em seus locais de trabalho. Porém, Schultz (1973a) sinaliza o fato desses gastos não entrarem nos registros contábeis, apesar de serem de grande importância, tanto para o trabalhador, quanto para a empresa onde ele trabalha.

Para Schultz (1973a) o pensamento econômico tem negligenciado examinar duas classes de investimentos importantes: o investimento no homem e na pesquisa. O autor entende que, além de aumentar a produtividade do indivíduo, as pesquisas feitas nas instituições de ensino são de grande valor para o país e para as empresas, proporcionando o desenvolvimento das mesmas. Sendo assim, a instrução beneficiaria não apenas o estudante, mas também as pessoas ao seu redor e as empresas que irão contratar este futuro estudante, ou fazer uso das pesquisas feitas na Academia. Nos termos do autor:

É fácil perceber que a instrução pode beneficiar mais algumas pessoas além do estudante: como familiares dos vizinhos e dos contribuintes. Existem alguns benefícios, relacionados com a ocupação, que atingem os companheiros de trabalho, os empregadores e outros, conforme já foi observado e se encontram dispersos na comunidade (SCHULTZ, 1973b, p. 27).

O capital humano tem uma característica distintiva: pelo fato de ser intrínseco ao homem, recebe a nomenclatura de “humano” e, por proporcionar maiores rendimentos e bem-estar, pode ser considerado um capital. O autor afirma que, como o homem é livre, o capital humano não pode ser adquirido como um elemento do ativo que se compra no mercado, mas “por intermédio de um investimento no próprio indivíduo” (SCHULTZ, 1973a, p. 51), já que a própria pessoa não pode separar a si mesma do capital humano que possui. Sendo assim, segundo a Teoria do Capital Humano, a pessoa pode se preparar, estudando, para garantir maior bem-estar e rendimentos no futuro.

A percepção de que a educação é um investimento e que a capacidade produtiva do trabalho é, em grande medida, um meio de produção produzido – “Nós produzimos a nós mesmos” (SCHULTZ, 1973b, p.25) – reforça a preocupação com a qualificação do trabalhador, entendida esta como potencializadora do crescimento econômico. Entende-se que a educação aumentaria as chances individuais de acesso aos postos de trabalho, num cenário em que esses são cada vez mais escassos. O capital educacional acumulado pelo trabalhador asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa teve como finalidade analisar as condições de inserção no mercado de trabalho de alunos bolsistas, buscando compreender, em que medida, a formação obtida foi decisiva para a obtenção do emprego, bem como entender como esses indivíduos identificam os fatores que impactaram na sua empregabilidade. Para que o objetivo fosse atingido foi realizada uma

pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com 13 egressos do curso de graduação em Administração de uma IES privada que possuíam bolsas de estudos integrais. Além da condição de bolsistas, estes ex-alunos tinham em comum o fato de serem oriundos de famílias de baixa renda, condição de elegibilidade para as referidas bolsas, bem como terem cursado o ensino médio em escolas públicas. Dos 13 entrevistados, 10 eram bolsistas ProUni e 3 receberam bolsas da própria universidade, bolsas estas destinadas a indivíduos sem condições financeiras de pagar as mensalidades.

Os 13 sujeitos entrevistados foram escolhidos por serem representativos do perfil do estudante oriundo de estratos sociais menos favorecidos, cuja presença na referida universidade vem crescendo nos últimos anos. Dos 13 entrevistados, 5 são mulheres e 8 são homens, as idades variam entre 21 a 38 anos, sendo a média de idade de 25 anos. No que se refere à cor da pele, 5 são negros e 8 são brancos. Todos esses jovens são moradores da periferia do Rio de Janeiro e sua renda familiar não excedia o valor de 5 salários mínimos, quando do ingresso na universidade. Ao se entrevistar esses jovens, pretendeu-se avaliar em que medida a formação concluída influenciou a obtenção do emprego dos entrevistados, bem como analisar a percepção dos mesmos acerca dos fatores que impactaram a sua inserção no mercado de trabalho, em especial a educação superior.

As entrevistas foram feitas com um roteiro semi-estruturado, tendo uma duração média de 30 minutos e tiveram o áudio gravado para posterior transcrição. O roteiro da entrevista foi composto por perguntas que abordaram aspectos como a situação profissional, empresa, cargo e a remuneração do entrevistado. Buscou-se analisar a trajetória do participante no mercado de trabalho, por meio de perguntas a respeito da obtenção da atual oportunidade de trabalho, bem como sobre as dificuldades encontradas nesse percurso e sobre a percepção dos entrevistados acerca da contribuição do curso universitário para o aumento da sua empregabilidade. Com relação aos entrevistados que não estavam empregados procurou-se entender os motivos da ausência de vínculo profissional.

As transcrições das entrevistas foram lidas várias vezes com o objetivo de identificar pontos em comum nas falas dos participantes e esboçar, a posteriori, as categorias que organizaram a análise. Alguns trechos das entrevistas foram usados na apresentação dos resultados.

Análise dos Dados

A análise das entrevistas teve como propósito mapear tanto as condições objetivas de inserção no mercado de trabalho dos entrevistados, isto é, identificar se estes estavam trabalhando, em que empresas e com qual remuneração, quanto analisar suas percepções acerca dos fatores que contribuíram para a obtenção do emprego. Para isso, este item foi dividido em dois blocos, sendo o primeiro destinado a entender os aspectos objetivos da inserção no mercado de trabalho dos entrevistados e, o segundo, os aspectos percebidos pelos mesmos como importantes para a sua inserção do mercado de trabalho.

Inserção no Mercado de Trabalho: os Aspectos Objetivos

No que diz respeito às condições objetivas de inserção no mercado de trabalho dos respondentes cabe destacar que, dos 13 egressos do curso de administração entrevistados, apenas dois não estavam trabalhando no momento da entrevista. Todos os demais possuíam vínculo empregatício com médias e grandes empresas privadas ou empresas públicas, pertencendo a ramos variados de atividade.

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

Os cargos ocupados pelos entrevistados também variavam de assistente até coordenador, bem como as remunerações recebidas. Estas oscilavam entre R\$ 1.500,00 a R\$ 13.000,00, sendo que a média dos salários era de R\$ 3.510,00. Vale destacar que foram entrevistados indivíduos formados entre 2009 e 2011, logo é provável que as diferenças salariais e funcionais observadas tenham refletido, em parte, diferenças decorrentes da maturidade profissional. O quadro 1 sintetiza as informações sobre o perfil dos participantes e sobre sua inserção no mercado de trabalho.

Quadro 1

Perfil de Trabalho dos Entrevistados

Entrevistado	Gênero	Empresa	Vínculo Empregatício	Ramo da Empresa	Cargo/ Função	Salário Mensal
1	F	Embratel	CLT	Telecomunicações	Analista de Faturamento	R\$ 1.900,00
2	M	INPI	Estatutário	Pública	Técnico	R\$ 3.500,00
3	F	Icatu Seguros	CLT	Seguros e Previdência	Analista Jr.	R\$ 2.900,00
4	F	BNDES	CLT	Bancário (Pública)	Coordenadora	R\$ 13.000,00
5	M	TIM	CLT	Telecomunicações	Consultor	R\$ 4.700,00
6	M	M. Dias Branco	CLT	Indústria de Alimentos	Faturista	R\$ 1.500,00
7	F	Grupo Trigo	CLT	Alimentação	Assistente Administrativo IV	R\$ 1.900,00
8	M	Globo	CLT	Jornalismo e Entretenimento	Assistente Administrativo	R\$ 2.386,00
9	M	-	-	-	-	-
10	F	-	-	-	-	-
11	M	Banco do Brasil	CLT	Bancário (Pública)	Assistente de Negócios	R\$ 3.430,00
12	M	Losango	CLT	Financeiro	Analista de Operações III	R\$ 1.900,00
13	M	Emgepron	CLT	Naval	Chefe de Contratos Nacionais	R\$ 1.500,00

Cabe destacar, ao se analisar as condições de inserção no mercado de trabalho dos entrevistados, o fato de a maioria estar trabalhando em grandes empresas privadas, que tendem a ter processos seletivos disputados. Ademais, dois participantes são funcionários de grandes bancos estatais (Banco do Brasil e BNDES), posições estas conquistadas mediante a disputa em concorridos concursos públicos. A entrevistada que ocupa o cargo de coordenadora no BNDES é, inclusive, a pessoa mais bem remunerada do grupo. Desta forma, a julgar pelas posições ocupadas pelos entrevistados, pode-se considerar que, contrariamente ao questionamento de Bourdieu (2007) acerca do impacto da formação universitária na ascensão social dos indivíduos com menos capital social e econômico de origem, a obtenção do diploma logrou, sim, abrir portas para seus detentores.

Quanto aos dois entrevistados desempregados na ocasião da pesquisa ambos possuíam experiência prévia de mercado, em empresas privadas. Os participantes afirmaram estar procurando emprego há aproximadamente três meses. Apesar de não estarem inseridos no

mercado de trabalho, acreditam que o fato de terem se graduado em uma universidade privada de renome irá ajudá-los a conseguir um novo emprego rapidamente. Ainda assim, os dois demonstraram vontade de continuar o investimento nos estudos, cursando uma pós-graduação, por considerarem a graduação como o ponto de partida na formação universitária, e não como o fim.

Inserção no Mercado de Trabalho: a Percepção dos Egressos

Às questões objetivas, indicativas da empregabilidade dos entrevistados, buscou-se acrescentar os aspectos que dizem respeito à percepção dos mesmos quanto aos fatores que impactaram na sua inserção no mercado de trabalho. Acredita-se que esses elementos influenciaram positiva ou negativamente a entrada dos egressos no mercado de trabalho, e cada um deles será analisado nessa seção. Dentre esses fatores encontram-se tantos aspectos considerados negativos – como a falta de fluência na língua inglesa e a pouca experiência profissional – quanto aspectos que os entrevistados julgam terem sido importantes para a obtenção do emprego, como a boa reputação da universidade cursada, os relacionamentos construídos na universidade e por meio desta, além, evidentemente, da boa formação obtida. Esses fatores são discutidos e ilustrados nos itens seguintes.

A Falta de Fluência na Língua Inglesa

Ao serem perguntados sobre os desafios enfrentados em suas trajetórias profissionais, vários entrevistados alegaram que a falta de domínio da língua inglesa tem se apresentado como uma barreira para a obtenção de determinadas posições no mercado de trabalho. Os relatos seguintes ilustram essa dificuldade:

“Sempre meu maior desafio pra conseguir um posicionamento melhor no mercado é o fato de eu não ter uma segunda língua fluente, o inglês em especial”. (E1)

“Do que adianta eu ter uma graduação bacana, uma pós que paguei caríssimo, mas não tenho inglês fluente, que é o primeiro requisito pra qualquer grande empresa?” (E3)

“Tive a oportunidade de participar de dinâmicas em empresas boas, passava nas provas, mas no final tinha uma redação em inglês, uma entrevista em inglês, aí dançava”. (E6)

“Nunca tive oportunidade de fazer inglês, sempre quis, eu sei que as melhores vagas exigem inglês no mínimo intermediário; em algumas vagas eu não entrei por isso.” (E12)

Dentre todos os aspectos apontados pelos entrevistados como condicionantes da sua inserção no mercado de trabalho, essa dificuldade sobressai como o principal indicativo da desvantagem que esses indivíduos – oriundos de estratos sociais menos favorecidos – possuem em decorrência da falta de acesso a este tipo de capital cultural. Essa limitação encontra ressonância nas considerações de Bourdieu (2007) que afirma que o capital cultural é constituído pelo conhecimento erudito, estando nele incluído o conhecimento de outras culturas e idiomas, logo, a carência deste tipo de capital pode prejudicar a vida profissional do indivíduo. Nesse sentido, pode-se postular que os entrevistados têm se deparado com uma barreira que, ademais de excluí-los em função da ausência de uma condição objetiva – a falta de domínio de um idioma – pode ser indicativa, também, daquilo que Bourdieu aponta como

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

critérios “oficiais” que servem de máscaras a critérios dissimulados que exigem determinada origem social. Segundo o autor, algumas exigências tácitas são usadas pelas classes que possuem maior quantidade global de capital para excluir, de determinadas esferas, aqueles que não possuem a sua estrutura de capital. As falas de alguns entrevistados podem ser indicativas desse fato:

“Para processo de trainee a primeira coisa necessária é inglês fluente. Eu não nasci em berço de ouro, não estudei inglês desde os dois anos de idade, estou correndo atrás agora”. (E3)

“Eu aprendi que para o gestor e o RH, o importante era assim: o cara que tivesse ido lá fora e soubesse falar inglês. As empresas priorizavam quem conhecia outra cultura, já tinha ido lá fora”. (E6)

“Às vezes você encontra uma pessoa que fez intercâmbio, ficou um ano na Inglaterra. Já era, não tem iniciação científica que te salve”. (E7)

Esses relatos revelam que esses indivíduos, não obstante sua formação universitária, têm uma desvantagem na disputa pelas ocupações profissionais de prestígio, decorrente da sua origem social menos favorecida. O domínio da língua inglesa, algo trivial entre os filhos das elites econômicas, é um atributo incomum entre os filhos das classes trabalhadoras, o que corrobora o argumento de Bourdieu (2007) de que esses indivíduos não detêm todos os tipos de capitais capazes de sustentar e valorizar esta titulação.

A Pouca Experiência Profissional e o Peso da Idade

Outro aspecto apontado pelos entrevistados como limitador da sua inserção no mercado de trabalho foi a pouca experiência profissional. Cabe ressaltar, todavia, que essa dificuldade é enfrentada não só por alunos bolsistas, mas por boa parte dos jovens no início de sua vida profissional:

“Eu sempre passei nas provas, o negócio era a dinâmica de grupo, que a gente falava cada um sobre si. Tem experiência? Não? Tchou, vai embora”. (E2)

“Eu acho que se eu tivesse feito estágios, tivesse conhecido mais empresas ou estivesse dentro de uma empresa que me permitisse a oportunidade de atuar em outras áreas, acho que hoje estaria mais preparada para atuar em outras empresas” (E10)

A essa dificuldade soma-se a in experiência em participar de processos seletivos. Saber como se comportar, o que falar e como driblar o nervosismo durante uma entrevista de emprego ou dinâmica de grupo parece ser um desafio para todos os jovens, independente da sua origem

social. Essas dificuldades são expressas nos seguintes relatos:

“As provas foram tranquilas, a parte mais difícil foi a entrevista por eu nunca ter feito nenhuma antes dela. Então eu estava em pânico, tremendo muito, saí de lá certa de que eu tinha perdido tudo”. (E3)

“Eu sempre fui uma pessoa muito reservada, muito tímida, então numa entrevista, numa dinâmica, sumia, porque eu não falava, então é uma dificuldade”. (E4)

A falta de experiência profissional revelou-se mais problemática para aqueles que concluíram o curso de graduação com mais idade, pois estes alegam que algumas empresas evitam contratar pessoas mais velhas para cargos iniciais como os de estagiário e assistente administrativo. Este fato foi apontado como um problema para os entrevistados que não se formaram com a idade considerada “padrão”, isto é, até os 25 anos. Indivíduos que concluíram a graduação com idade superior à média e ingressam no mercado de trabalho mais maduros enfrentam uma dificuldade dupla, conforme ilustrado a seguir:

“Quando eu estava nessa rotina de procurar estágio ainda, batia na porta de todo mundo e não conseguia nada, eu estava com 29, 30 anos. Depois disso não consegue não”. (E2)

“Eu já tinha 26, 27 anos nessa época. Então as empresas priorizavam quem era mais novo”. (E6)

Cabe assinalar que essa dificuldade reflete mais a realidade dos egressos ex-bolsistas, pois são estes que, dada sua origem social menos favorecida, tendem a ingressar na universidade mais tarde do que os indivíduos oriundos das camadas médias. Nesse sentido, apesar da falta de experiência profissional ser um problema comum a bolsistas e não bolsistas, a combinação pouca experiência e muita idade predomina entre aqueles que tiveram que retardar a entrada na universidade, em geral em decorrência de limitações financeiras. Novamente parecem procedentes as considerações de Bourdieu (2007) acerca das desvantagens enfrentadas por aqueles que possuem menor volume de capital – nesse caso o econômico – ao ingressarem no mercado de trabalho.

A Reputação da Universidade Cursada

Todos os entrevistados acreditam que o fato de terem se graduado em uma renomada universidade privada contribuiu positivamente para a sua empregabilidade. Na visão dos participantes, a reputação positiva da universidade funciona como um selo de qualidade que exibem em seus currículos e valoriza a formação obtida, aumentando sua empregabilidade:

“Mais pelo nome que ela tem no mercado, pela qualidade do ensino, pelo que se conhece, eu sempre priorizei a universidade X”. (E1)

“Considero a universidade X a melhor, e pode ser que no curso de Administração, outras sejam muito boas, mas eu senti uma segurança no nome da X”. (E3)

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

“Pelo menos é o que eu vejo, as pessoas são muito mais empregadas hoje em dia pelo nome da faculdade onde elas cursaram do que pelo que elas sabem”. (E5)

“Sem dúvidas me ajudou muito. Um curso de Administração já abre caminho, sendo ainda da universidade X, com certeza abre as portas”. (E6)

“Eu acho que a universidade X como um todo contribuiu, eu acho legal esses vários eventos que tem aqui dentro”. (E7)

“Tem um peso muito grande você estudar na universidade X, eu acho que estudante da X já sai na frente de outras pessoas por simplesmente estudar lá”. (E8)

Mesmo os dois entrevistados que não estavam trabalhando no momento da entrevista afirmaram que, apesar de enfrentarem dificuldades para conseguir trabalho, acreditam que estas dificuldades são passageiras e que o fato de serem formados em uma faculdade de boa reputação os ajudará a obter um novo emprego:

“Eu ainda não estou empregado, mas acho que ter estudado na universidade X vai contar para a minha carreira”. (E9)

“É claro que pra mim e para o mercado ter estudado na universidade X faz muita diferença no currículo. Acho que eu posso ter muita vantagem em relação aos meus concorrentes de outras faculdades. Então contribuiu pela qualidade de ensino e também pelo nome”. (E10)

Ainda no que diz respeito à reputação, outro aspecto que surgiu nos relatos dos entrevistados foi o fato de algumas empresas só selecionarem candidatos provenientes de universidades consideradas de primeira linha. Levando em conta essa realidade, os participantes afirmaram que, pelo fato de terem se graduado em uma faculdade privada de renome, podem participar de um número maior de processos seletivos:

“Eu já passei por alguns processos seletivos somente com estudantes das universidades X, Y, Z e W, você não vê mais ninguém de outra faculdade”. (E1)

“Normalmente as pessoas buscam muito alguém de faculdades de ponta como as federais e a universidade X”. (E6)

“Mas às vezes a empresa abre vaga só pra aluno das universidades X, Y e Z, então estudar na X de certa forma é um diferencial”. (E7)

“Já tive amigo trabalhando no RH de empresa que falava abertamente: lá tem filtro, a gente só vai contratar se for das universidades X, Y, Z ou de federal, saiu desses quatro,

ninguém vai entrar, é o primeiro filtro”. (E8)

“Primeiro porque tem o peso do currículo da universidade X, eles pelo menos vão te chamar para uma entrevista, não vão te eliminar logo de cara”. (E9)

Estes relatos corroboram a afirmação de Bourdieu (2007) de que, muitas vezes, algumas exigências tácitas são feitas como forma de proteção das classes que têm maior volume global de capital: “o fato de exigir determinado diploma pode ser a maneira de exigir, efetivamente, determinada origem social” (BOURDIEU, 2007, p. 98). Nesse sentido, apesar de sua origem social menos favorecida, os entrevistados logram conquistar, junto com o diploma obtido, uma chancela que os distingue não só de outros indivíduos oriundos do mesmo estrato socioeconômico, mas também daqueles que, integrantes das elites econômicas, não conseguiram cursar esta universidade, subvertendo, em parte, uma hierarquização social. A julgar pelos relatos dos depoentes, apesar da carência de outros tipos de capital, a possibilidade de ampliação do capital cultural representada pelo diploma superior teve um impacto decisivo nas suas chances de obtenção de posições privilegiadas no mercado de trabalho.

A Rede de Relacionamentos Construída

As relações sociais, classificadas por Bourdieu (2007) como capital social, também apareceram nos relatos dos entrevistados como um recurso importante para a obtenção do emprego. O círculo de amigos conquistado dentro da universidade possibilitou aos entrevistados uma gama maior de oportunidades, já que muitos conseguiram seus estágios e empregos por meio de indicações. Este fato reforça as considerações de Bourdieu de que os bons relacionamentos podem ajudar não só o início da vida profissional, mas também a obtenção de melhores cargos, uma vez que muitas empresas preferem contratar pessoas indicadas por seus funcionários. As falas seguintes são ilustrativas do impacto dos relacionamentos na vida profissional dos entrevistados:

“Eu fui indicado por um amigo, tudo na vida é indicação. Eu fui indicado por ele, porque uma prima dele trabalhava lá, aí eu fui lá e fiz uma entrevista”. (E5)

“E aí teve essa indicação do meu amigo que trabalha na minha atual empresa”. (E7)

“Uma amiga já tinha estagiado lá, foi efetivada e na vaga dela ela me indicou, fiz duas entrevistas”. (E9)

“Foi uma amiga que indicou, ela trabalhava lá, tinha estudado na universidade X comigo também”. (E12)

“Até porque não é só a faculdade, existe toda uma questão de marketing pessoal, tem que te conhecer, saber quem você é. O currículo é só pra você chegar lá, mas chegando lá tem que ter alguém”. (E13)

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

Ao mesmo tempo em que reforçam a tese de Bourdieu (2007) de que a qualidade da rede de relações, ou seja, o capital social, agrega mais valor ao diploma obtido, esses depoimentos indicam que os entrevistados parecem ter encontrado na universidade um espaço de socialização importante. Nesse sentido, além de ampliar o capital cultural dos respondentes, o acesso à universidade propiciou-lhes o aumento do capital social, capaz de abrir-lhes portas que talvez não lhes seriam abertas, caso esses indivíduos não tivessem a oportunidade de conviver nesse espaço social privilegiado. Pode-se considerar, ainda, que a rede de relacionamentos construída no ambiente universitário compensou, em certa medida, as limitações das redes sociais familiares desses indivíduos, certamente carentes de “bons contatos”.

A Importância do Investimento na Educação

Para os entrevistados, o fato de serem formados por uma universidade privada altamente qualificada aumentou sua empregabilidade, mas essa formação não é considerada suficiente para lhes garantir o crescimento profissional. Para ascender na carreira e para lograr o reconhecimento profissional ao qual almejam, os participantes consideram necessário continuar investindo nos estudos:

“Eu estou tentando arranjar espaço pra fazer o Mestrado, ainda não fiz justamente pra conseguir me dedicar aqui no trabalho”. (E4)

“Estou fazendo MBA em Finanças, só a Graduação acho que não basta”. (E5)

“Acho que é através do estudo que você pode deter o poder, pode alcançar um bom crescimento profissional, realizações pessoais, reconhecimento. Não só a questão do crescimento profissional; hoje em dia a graduação é o mínimo que você tem que ter, é o básico”. (E10)

“Eu também estou pensando se faço um curso de MBA ou se me qualifico, estudo mais pra tentar um Mestrado Acadêmico ou Profissional”. (E11)

Ao enfatizarem a importância de continuarem ampliando sua formação, os entrevistados corroboram a premissa central da Teoria do Capital Humano de Schultz (1973a), que postula que o investimento em educação é capaz de garantir um bem estar no futuro. A garantia desse bem estar pode ser entendida não só como a obtenção de um bom salário e emprego, mas também a garantia da empregabilidade:

“Mesmo que você não sinta necessidade no momento de complementar seu estudos, de fazer uma pós, a todo o momento você é forçado a pensar nisso. Você não consegue mais ficar parada por muito tempo, porque você sente que vai ser engolido”. (E3)

“Pra conseguir um emprego a graduação dá, agora pra você alcançar patamares maiores dentro da empresa, você chegar a ser um diretor, um CEO, você precisa de um Mestrado”. (E9)

“Pela cobrança do mercado, pelo mundo competitivo como está, preciso fazer algo mais. Preciso fazer um MBA, enfim, agregar ao que eu já tenho de graduação, idiomas, quanto mais eu agregar melhor. Porque o mundo está muito competitivo, sempre tem alguém que tem algo mais que você”. (E10)

“Eu pretendo dar um up grade na minha carreira, fazer um curso de MBA, só que eu preciso de mais experiência. A graduação é o primeiro passo, sem qualificação profissional você não consegue um emprego bom, uma posição boa”. (E12)

Ao reconhecerem que o investimento feito em educação ampliou-lhes o poder de escolha das oportunidades de trabalho, as considerações dos depoentes relativizam as ponderações de Bourdieu (2007) acerca dos diferentes efeitos que o diploma superior produz, em indivíduos de estratos sociais diferentes. Excetuando a já mencionada dificuldade decorrente da ausência de domínio do idioma inglês, os entrevistados não parecem identificar quaisquer outras barreiras à sua inserção no mercado de trabalho, ao contrário, todos se sentem empregáveis e atribuem essa empregabilidade à formação obtida. Ademais, por ambicionarem posições de destaque no mundo corporativo, os entrevistados reforçam sua intenção de seguir investindo em educação, por reconhecê-la como um recurso fundamental para galgar as posições pretendidas.

Considerações Finais

Os resultados obtidos por meio das entrevistas possibilitaram entender o impacto da obtenção do diploma superior na inserção no mercado de trabalho de seus possuidores, ex-bolsistas integrais de uma renomada IES. Constatou-se que, a despeito de sua origem socioeconômica menos privilegiada, a maior parte dos entrevistados não só estava empregada na ocasião, mas ocupavam posições indicativas de uma inserção qualificada no mercado de trabalho, a julgar pelas empresas e salários informados. Nesse sentido, os postulados de Bourdieu (2007) acerca das desvantagens que os possuidores de diploma oriundos de estratos sociais menos favorecidos têm, ao fazerem valer essa titulação, não foram corroborados pelos achados dessa pesquisa. Ao contrário, o acesso à formação superior em uma universidade de renome configurou-se não só como um importante recurso de aumento do capital cultural de seus possuidores, mas também como uma oportunidade de ampliação do seu capital social. O diploma obtido, combinado ao convívio com os colegas propiciado pela inserção na referida universidade, abriu portas que dificilmente seriam abertas caso essa oportunidade não se apresentasse a esses indivíduos.

Por outro lado, conforme dito anteriormente, esses resultados se coadunam com as premissas de Schultz (1973a), acerca do valor econômico da educação, na medida em que indicam que o diploma superior permitiu que os entrevistados tivessem acesso a postos de trabalho

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

qualificados. Dito de outra forma, para os sujeitos investigados os postulados de Schultz (1973a) parecem explicar melhor sua inserção no mercado de trabalho do que as considerações de Bourdieu reforçando, assim, o entendimento de que a educação é um recurso valioso, capaz de aumentar a empregabilidade de seus detentores.

Apesar do otimismo que esses resultados ensejam, não se pode ignorar o fato de que os entrevistados, privilegiados por terem tido a oportunidade de estudar em uma universidade de renome, trouxeram em sua bagagem o peso de uma origem social menos favorecida, refletida tanto na falta de fluência no idioma inglês, quanto no fato de alguns terem concluído o curso de graduação um pouco mais velhos. Todavia, essas desvantagens percebidas pelos entrevistados não parecem ter lhes tirado o otimismo quanto a um futuro promissor, nem tampouco se configurado como obstáculos intransponíveis à sua inserção no mercado de trabalho, apenas como limitadores de algumas oportunidades. Outro aspecto a merecer destaque, à luz das considerações de Bourdieu (2007), diz respeito ao fato de que, ao ingressarem na referida universidade, os entrevistados já passam a ocupar uma posição privilegiada, quando comparados a seus pares, oriundos do mesmo estrato socioeconômico. O capital cultural e social conquistado por meio dessa inserção, lhes confere uma vantagem, que aparentemente não chega a ser comprometida pelas desvantagens por eles apontadas.

As conclusões da presente pesquisa corroboram os achados de Lemos, Dubeux e Pinto (2009; 2011) que também discutiam o impacto da educação superior na inserção profissional de indivíduos oriundos de estratos sociais menos favorecidos. Todavia, como dito na introdução, em contraste com aquelas pesquisas, de natureza quantitativa, este estudo privilegiou o entendimento mais detalhado das condições de inserção dos ex-bolsistas, o que permitiu identificar tanto os fatores que possibilitaram que as “portas” do mercado de trabalho se abrissem para esses indivíduos, quanto aqueles que criaram barreiras a essa inserção. Em linha com as considerações de Schultz (1973a), se parece ser fato que a educação superior ampliou as possibilidades de escolha de seus possuidores, não se pode ignorar, como destaca Bourdieu (2007), que os indivíduos oriundos de estratos sociais menos favorecidos têm menos recursos para fazer valer o capital cultural obtido. Essas conclusões, todavia, longe de lançarem questionamentos acerca do “valor econômico da educação” e sobre políticas públicas que a privilegiam, só reforçam a importância de se proporcionar o acesso desse importante recurso, em especial àqueles que, nos termos de Bourdieu (2007), têm menor volume de capital global. A educação, se não consegue aplainar as diferenças sociais, ao menos logra diminuir o fosso entre os integrantes de estratos socioeconômicos diferentes.

Os achados dessa pesquisa, *vis-à-vis* a importância das considerações teóricas que a inspiraram, reforçam a relevância de se seguir essa linha de investigação, com vistas a descobrir outras nuances e desdobramentos que o acesso a educação superior logra produzir na sociedade. Variáveis como gênero e cor da pele não foram exploradas na presente pesquisa, mas certamente merecem ser incluídas em estudos futuros. Ademais, estudos considerando outros grupos ocupacionais, pesquisas comparando a inserção no mercado de trabalho de indivíduos de estratos sociais diferentes, bem como estudos longitudinais, capazes de acompanhar as trajetórias profissionais de bolsistas e não bolsistas seriam valiosos para ampliar o entendimento sobre o tema.

Referências

- BALASSIANO, M.; SEABRA, A.A.; LEMOS, A.H.C. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? **Revista de Administração Contemporânea**, n.4, out./dez., 31-52, 2005.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito, In: **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. FRIGOTTO, G. (org.), Petrópolis: Vozes, 2001a.
- FRIGOTTO, G. Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática, In: **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. GENTILI, P. e SILVA, T. (org.), Petrópolis: Vozes, 2001b.
- GENTILI, P. Educar para o Desemprego: A Desintegração da Promessa Integradora”, In: **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**, FRIGOTTO, G. (org.), Petrópolis: Vozes, 2001.
- GENTILI, P. O Conceito de Empregabilidade, In: **Anais do Seminário Nacional sobre Avaliação do PLANFOR: Uma Política Pública de Educação Profissional em Debate**, São Carlos, São Paulo: UNITRABALHO, 1999.
- HELAL, D. H.; ROCHA, M. **O Discurso da Empregabilidade: O que Pensam a Academia e o Mundo Empresarial**. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, nº 1, artigo 8, 139-154. 2011.
- IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 08/11/2013.
- INEP. Censo da Educação Superior 2010. **Divulgação dos Principais Resultados do Censo da Educação Superior, 2010**. Brasil. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em 08/11/2013.
- LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V.J.C.; PINTO, M. C. S. **Empregabilidade dos Jovens Administradores: Uma Questão Meritocrática ou Aristocrática?** BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online), v. 8, p. 94-115, 2011.
- LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V.J.D.; PINTO, Mario. **Educação, Empregabilidade e Mobilidade Social: Convergências e Divergências**. Cadernos EBAPE.BR (FGV. Online), v. 7, p. 369-384, 2009.
- LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V.J.D.; ROCHA-PINTO, S. R. **Educação, Inserção Profissional e Origem Social: Limites e Possibilidades**. In: ENANPAD, 2010, Rio de Janeiro. Resumo de trabalhos, 2010.
- MENEZES-FILHO, N.A.; FERNANDES; R.; PICCHETTI, P. Rising Human Capital but Constant Inequality: The Education Composition Effect in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 4, p. 407-424, oct./dec. 2006.
- PROUNI. Portal ProUni. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140. Acesso em 08/11/2013.

INSERÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS NO MERCADO DE TRABALHO: QUAL O VALOR DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO?

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973a.

SCHULTZ, T. W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973b.

TAVARES, P.; MENEZES-FILHO, N. A. O Papel do Capital Humano na Desigualdade de Salários no Brasil entre 1981 e 2006. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. 2008, Caxambú (MG). **Anais...** Caxambú: ABEP, 2008.